



ILDO SAUER

Entrevista com o Professor Ildo Sauer

Francisco Hernández
(Revista Mouro)

Não poderia ser diferente desta vez, lembrando que em 2005 as aulas de pós-graduação do Prof. Dr. Ildo Sauer no Instituto de Eletrotécnica e Energia eram dadas aos sábados e duravam quatro horas, densas e cheias de conexões. Era um período em que ele ainda estava na direção da Petrobrás, eis o motivo das aulas serem no fim de semana. Duas perguntas renderam 119 minutos de entrevista, grande parte transcrita nas páginas desta Mouro. Hoje é professor titular da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto de Energia e Ambiente. Sua trajetória nos mostra sua vocação de homem público e especialista na área de energia, tanto no estudo quanto na formulação de políticas públicas. Em julho de 2014, manhã de sexta-feira, me reuni ao professor representando a Revista Mouro para entrevistá-lo com a expectativa em alta quanto à possibilidade de decodificação para o leitor de assuntos um tanto quanto propagandeados como complexos, especializados, herméticos, esperançoso de que os termos pudessem ser simplificados ao falarmos sobre política energética, apropriação da renda hidráulica e petrolífera no Brasil e no mundo. Minha expectativa era de que de alguma maneira explorássemos a ideia de uma espécie de acumulação primitiva da renda, dos territórios e dos recursos naturais. Expectativa plenamente satisfeita, pois disso se fala aqui, no âmbito da produção, circulação comercialização de mais algumas mercadorias que se apresentam com sofisticação no nosso cotidiano: a mercadoria eletricidade, petróleo e agora o vento que “vira” eletricidade por uma operação técnica.

Três faroestes sofisticados e contemporâneos da acumulação capitalista que vão deixando para trás o rastro do caráter público de empresas e empreendimentos públicos que foram luta do povo brasileiro e, também da esquerda brasileira de outrora. Na análise política, Ildo Sauer é muito crítico sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores, no governo do país desde 2003, e critica duramente o direcionamento e apropriação privada do excedente econômico na área de energia – uma área a que se dedica em pesquisa e docência por mais de trinta anos.

Um mínimo de vocabulário se faz necessário nesta introdução, pois as unidades de medida, muito utilizadas nas sessões de economia dos jornais e revistas, poucos entendem fisicamente e falta cuidado dos repórteres e entrevistadores, que ao terem pressa, confundem energia e potência, confundem o processo, complexidade e transtorno técnico para produzir um barril de petróleo com os tais 100 dólares, preço a ele atribuído. Talvez não saibam a diferença ou a acelerada pauta jornalística não lhes permita. Estes assuntos, energia, ambiente, recursos naturais, onde mais estariam nos grandes meios de comunicação se não na sessão economia & negócios?

O que é um Mega Watt hora (MWh)? Trata-se da energia para acionar equipamentos cuja potência somam um milhão de Watts por um período de uma hora: é unidade de energia. Exemplo prático: energia necessária para acender plenamente 10000 lâmpadas de 100 W funcionando por uma hora.

O que é um barril de petróleo? E quanta energia se desprende dele se o queimarmos para produzir calor ou eletricidade? Um barril de petróleo equivale a 159 litros e por sua vez tem a equivalência de 1,65 MWh (temos que considerar composições médias pois os óleos extraídos são distintos em cada localidade). Deste barril de petróleo se queimado seu conteúdo para produzir eletricidade em uma termelétrica, considerando as perdas de transformação e eficiências, produziria energia para acender por uma hora talvez a metade, ou seja, 5000 das mesmas lâmpadas.

Ventos, eletricidade e petróleo moveções: apropriação da renda e recursos naturais

Francisco Hernández (Mouro) - Em artigo de nossa Constituição consagra-se que o povo brasileiro é o verdadeiro proprietário dos recursos petrolíferos minerais e recursos hidráulicos (consolidados e potenciais). Queremos ouvir nesta entrevista, por meio de sua análise, se isto se verifica e como contemporaneamente este preceito constitucional se afasta ou se aproxima do tratamento retórico na política real. Uma expressão utilizada por você é

muito instigante. Trata-se da expressão petróleo movediço... poderíamos pensar talvez em uma outra... eletricidade movediça. Assim aparecem as perguntas essenciais: quem controla os potenciais? Quem se apropria dos excedentes econômicos advindos do aumento da produtividade do trabalho socialmente incorporado no mundo da produção econômica, garantidos pela disponibilidade destes recursos abundantes, porém finitos?

Ildo Sauer - Existe aparente paradoxo de a Constituição definir no seu artigo 20 de que os potenciais hidráulicos e os recursos minerais incluindo o petróleo e gás natural pertencem ao povo brasileiro, pertence à Nação, e deve seguir certo ritual de concessões para serem explorados e desenvolvidos e de, por outro lado no artigo 6º, a constituição diz garantir a todos os brasileiros direitos sociais que começam por educação pública, saúde pública, moradia, enfim estendendo-se para as demais condições efetivas materiais de existência.

A retórica também diz que estes direitos sociais não estão sendo cumpridos, nem assegurados por uma falta de recursos que, teoricamente numa análise poderiam ser identificados fora os demais de uma reestruturação da destinação do produto social, para os trabalhadores, para aqueles que geram valor, mas é uma categoria especial de recurso que são exatamente esses preconizados pelo artigo 20... que trazem no seu bojo uma condição especial ao serem desenvolvidos.

Se nós olharmos um pouco o conceito que, no sistema capitalista de produção, no regime concorrencial, o excedente produzido está associado à extração de mais valia que é expropriada dos trabalhadores, mas que tem um volume relativamente pequeno, comparativamente ao valor total da produção em geral, porque no regime concorrencial os lucros tendem a ser apenas médios. Então o excedente expropriado não atinge um volume tão elevado, proporcionalmente.

Há situações especiais, que foram bastante analisadas por vários atores, mas começar pelo próprio Carlos Marx e Frederico Engels, quando este último concluiu o Livro III, de *O Capital*, onde este assunto é tratado com bastante cuidado. Embora permaneçam até hoje certos espaços de debate em torno da interpretação do que isso significa, mas não há dúvida de que há certas situações, especialmente os casos em tela aqui, que são os potenciais hidráulicos quando desenvolvidos para produzir eletricidade e as jazidas de petróleo e gás natural que quando desenvolvidas, permitem o que se chama de lucro suplementar, um excedente econômico extraordinário que a bem do regime de propriedade e das condições específicas, a chamada renda diferencial I e II ou renda de propriedade.

A nomenclatura não é tão relevante neste caso, mas sim o conceito social. Pela sua especificidade, a apropriação desses potenciais hidráulicos e dos recursos petrolíferos, pelo processo histórico com que o atual sistema urbano industrial está estruturado, permite um incremento extraordinário na produtividade do trabalho socialmente incorporado, e por isso, combinando essa condição e a situação em que a propriedade desses recursos, no caso brasileiro, teoricamente pertenceria à Nação. Mas no caso internacional, ao olharmos o que tem acontecido na última década principalmente, há uma reversão extraordinária na situação do preço do petróleo e que decorre de uma condição em particular: se até recentemente no caso do petróleo, os países produtores conseguiram auferir parte significativa do benefício que decorre da produtividade incremental do trabalho, quando o processo de produção se vale, por exemplo, do processo de circulação de mercadorias do acesso ao petróleo. Exceto pelos dois breves e efêmeros impactos dos choques de 1973 e 1979, exceto nessas duas situações, normalmente a apropriação do benefício se deu entre os países que controlavam o consumo e a circulação. Não obstante a tentativa da criação da OPEP¹ a partir dos anos 60 tivesse o objetivo de permitir que os países detentores dos recursos primeiro passassem a controlar o recurso, que em 1960 praticamente mais de 85% do recurso estava sob controle das chamadas grandes companhias, especialmente as ditas sete irmãs - que são as cinco filhas da *Standard Oil*, mais as primas *British Petroleum* e *Shell*, 14% estava na mão da União Soviética, e só 1% ou 2% na mão dos países produtores. Esse quadro se reverteu em 2010. O contrário: mais de 90% do recurso está na mão dos países detentores do recurso, especialmente hoje, a Arábia Saudita, Venezuela e a própria Rússia, que embora esteja fora da OPEP opera de maneira coordenada com a OPEP.

Só assim que, a partir de 2005, 2006, o preço do Petróleo, que estava nas duas últimas décadas, oscilando, depois do segundo choque do petróleo em 1979, um refluxo, entre U\$15 e U\$20 o barril de petróleo numa ação conjugada coma a Rússia, permitiu que o preço subisse e fosse elevado primeiro para U\$80 e depois para mais de U\$100 e assim tenha se sustentado até hoje, mesmo em uma condição de crise econômica de 2008. Aparentemente estamos diante de um caso clássico, no petróleo, onde a renda absoluta, a renda de propriedade absoluta, pode-se adotar qualquer dos dois conceitos, esteja sendo na prática, hoje estruturada politicamente pela apropriação pelos países da OPEP em coordenação com a Rússia.

1. Nota do entrevistador (N.E.). OPEP: Organização dos países exportadores de petróleo.

Há evidentemente um grande embate geopolítico em torno dessa condição. Os países da OECD liderados pelos Estados Unidos, especialmente a Europa, América do Norte, Japão, Coréia, Austrália, junto com a China vêm construindo tentativas de fazer o petróleo refluir novamente aos padrões anteriores, para que o benefício econômico e social da apropriação social desse recurso volte a estar com quem o consome, principalmente, e não tanto quanto com quem detém a sua propriedade.

Há uma iniciativa internacional capitaneada pelos Estados Unidos, expresso em um documento muito claro de março de 2011 divulgado pela Casa Branca que pauta essa iniciativa mediante um conjunto de ações: primeiro, na difusão do chamado petróleo não convencional, xisto, *shale oil*, *shale gas*, a sua adoção em um programa chamado *global shale gas initiative*. Capitaneada pelos Estados Unidos, visa a que especialmente China e alguns países da Europa, como a Polônia, Inglaterra. Muito embora Estados Unidos e México adotem as tecnologias chamadas *fracking*² para permitir uma intensa produção de petróleo e gás, o petróleo não convencional também está presente aqui na América do Sul: na Argentina, Brasil, Paraguai e na Austrália.

A segunda ação desta iniciativa está vinculada numa pressão para que o México, sob o novo governo do Peña Nieto, abra o golfo mexicano, porque a parte americana já está em pleno desenvolvimento (tendo inclusive ensejado a explosão da plataforma de Macondo - *British Petroleum*, um acidente muito grave) e que o México então abra sua fronteira à rápida exploração.

Aí entra em jogo o interesse geopolítico do Brasil. Diz esse documento da Casa Branca que o presidente Obama junto com a presidente Rousseff teriam concordado numa ação conjunta entre governo americano e brasileiro pra fazer duas coisas nessa direção: primeiro, uma ação coordenada para a difusão de biocombustíveis e sua produção, em vários países do mundo, especialmente na África. A segunda, de que haveria um acordo da cooperação americana para desenvolver os vastos recursos do pré-sal brasileiro, com a ajuda das *oil service companies* americanas. Mas gera perplexidade o fato do governo brasileiro não ter contestado esse documento, que já está aí desde março de 2011 logo após visita de Obama ao Brasil.

Aparentemente o governo brasileiro está seguindo esta rota, ao acelerar os leilões em torno do Pré-Sal. Obviamente o Brasil estaria jogando do lado dos adversários dos grandes proprietários de petróleo, ao fazê-lo, porque produzir mais intensamente o petróleo, (convencional ou não)

2. (N.E.) Fraturamento de rochas a alta pressão hidráulica para facilitar a extração de óleo e gás.

e biocombustíveis, poderia levar a uma desarticulação da coordenação da OPEP. Isto aconteceu nas outras tentativas nos choques de 1973 e 1979: havendo venda de petróleo por países (fora das cotas), os que diziam ter mais reservas (pois a produção por cotas é proporcional às reservas), então inflaram reservas.

A União Soviética que precisava de dólares, moeda forte, face o bloqueio da guerra fria, vendia petróleo fora da coordenação, assim como o México. Então aparentemente essas foram maneiras que nas outras duas tentativas, excluído o controle da propriedade do recurso, que estava mais concentrado nas mãos das sete irmãs, não tenha permitido que excedente econômico do petróleo, pelo benefício que a sua apropriação social permite, tenha sido destinado, não aos produtores, e sim àqueles que operam a sua produção e o seu consumo.

Causa perplexidade o caso que o Brasil hoje, aparentemente segundo esse documento, esteja alinhado com os consumidores, dado que ele se candidata a ser um grande produtor. Então esta é uma ameaça à própria manutenção do atual nível da renda petrolífera que é extraordinariamente elevada e jamais esteve no patamar como está hoje: o custo do barril de petróleo acima de U\$ 100, com custo direto de produção, nos países mais prolíficos como Arábia Saudita, em torno de U\$1, pra encontrar e desenvolver a produção. É o custo direto. Só capital e trabalho proporcional à produção, não levando em conta os impostos e taxas etc., que são transferências.

No Brasil, as contas de engenharia econômica e experiência da Petrobras indicam que este número esteja em torno de U\$15 por barril, estimativa também que vale para o petróleo não convencional americano. E, então, veja: custo de petróleo tão alto, custos diretos tão baixos, isto significa que o excedente econômico está próximo de 90 a 100 dólares por barril. Isto significa no Brasil algo em torno de 70 bilhões de dólares por ano da renda petroleira, que é uma estimativa feita com estudos aqui do nosso grupo, também confirmados por estudos do Banco Mundial, que mostram um país que produz 2 milhões de barris por dia, pouco mais de 700 milhões de barris por ano.

Isso gera um excedente da ordem de U\$ 70 bilhões, mas no mundo isso é ainda mais extraordinário: de 2,5 a três trilhões de dólares por ano. Em PIB mundial que está em torno de 80 trilhões e onde, se olharmos o excedente econômico, ele deve estar em torno de 10% disso - cerca de oito a 10 trilhões de dólares. Portanto o excedente que o petróleo permite hoje é mais ou menos um terço do excedente econômico do sistema capitalista

mundial, que opera nesse patamar para promover acumulação, já que é só excedente que permite a acumulação. Esses números globais e brasileiros são significativos para entender o contexto em que nos encontramos hoje, a mercê dessa nova conjuntura geopolítica articulada pelos países da OPEP com a Rússia, junto aos quais o Brasil deveria ter um papel de alinhamento, esse é o contexto na área do petróleo.

Portanto, reforça a perplexidade perceber que o governo brasileiro esteja acelerando os leilões retirando do governo o controle sobre o ritmo de produção, porque uma vez dado um leilão, as empresas operam sob a ótica microeconômica, não levando em conta os reflexos da sua própria ação para além disso e são obrigadas, pelas normas da conduta capitalista, a promover o quanto antes a retirada do petróleo, a sua produção e conversão em moeda.

Com as instabilidades das próprias moedas e novas reservas acumuladas em países como a China, Índia, Rússia, e o próprio Brasil, embora as reservas brasileiras advenham de uma circunstância particular da política econômica financeira de juros elevados, são reservas que têm uma rentabilidade extremamente baixa hoje, à mercê da conjuntura financeira mundial que resultou da crise de 2008.

Então a pergunta que surge: em que moeda o Brasil vai converter petróleo e comercializá-lo, investir em que, vai ser em Dólar, Euro, em Yuam, Iêmen, Peso? Provavelmente o melhor investimento para quem tem reservas dessa monta seria investir em países onde há fronteira de petróleo à disposição. Na África, talvez a Nigéria, Sudão, Angola, Moçambique, ou então na Ásia Central, Cazaquistão e outros. Ora é um paradoxo simplesmente acelerar [a produção].

Voltando um pouco ao problema da renda, é nesse contexto que tem que ser visto o petróleo. E há um reflexo indireto: à medida que o preço do petróleo sobe, o sistema capitalista, ainda que com certa inércia, também tende a progressivamente internacionalizar os preços indiretamente da eletricidade. Na medida em que ele é insumo para produzir várias *commodities*, então quem se apropria da eletricidade mais barata consegue obter um excedente econômico maior, quer dizer, também uma espécie de renda, renda diferencial ou absoluta, que é incorporada nos produtos, especialmente os energo-intensivos.

Com esta noção de que um enorme excedente econômico associado ao petróleo, parcialmente puxando para cima os preços das *commodities*, a própria renda hidráulica em parte está associada ao mesmo processo. Embora tenha particularidades próprias, por que a eletricidade em si não

é uma mercadoria que circula tanto quanto o petróleo em escala global, há mecanismos indiretos de valorização. Por isso as duas coisas estão interligadas, o plano geopolítico e econômico internacional com reflexos aqui dentro.

Voltemos ao artigo 20 da constituição e ao artigo 6°. No Brasil, o poder econômico, assim como no mundo que de certa forma sempre o fez, especialmente aqui no Brasil, se apropria do aparelho de Estado para buscar o excedente econômico: uma espécie de rentismo, porque embora no capitalismo se defina que a concorrência regula preços e transfira benefícios, na prática todo capitalista busca um espaço onde uma fração suplementar de lucro associado a situações como a do petróleo e da renda hidráulica, renda petrolífera e hidráulicas se realize, quando não é possível [obter] todo lucro. Hoje em dia está começando a aparecer um novo segmento que já nasce de outra forma, a renda eólica, que hoje em dia tem custos de produção semelhantes à renda hidráulica, situados em torno de R\$100 o MWh (MegaWattHora), cerca de U\$50 o MWh.

Então esse contexto coloca no plano da política brasileira uma acirrada disputa pelo excedente econômico. Não é à toa que todas as empresas que operam nestes segmentos do petróleo, da energia elétrica, hidráulica e eólica estejam extremamente bem articuladas com os partidos políticos hegemônicos e com os entes governamentais, desde o poder executivo, legislativos, às agências e empresas estatais, especialmente do sistema Eletrobrás e Petrobras, que de uma forma ou outra, sempre estão sendo colocadas a serviço desses interesses.

É assim que, na área de petróleo, por exemplo, assistimos uma espécie de batalha intercapitalista no Brasil. Isso vale para o setor elétrico também, onde a mediação se dá pelo governo, por sua vez instrumentalizado por esses interesses de uma certa forma. Senão vejamos: nesse conflito estão de um lado os acionistas das empresas, como Petrobras e Eletrobrás que pressionam o governo para que cada vez mais dê reservas e recursos a essas empresas e coloque os preços em patamares mais elevados, assim gerando mais dividendos para os acionistas das empresas. Especialmente a pressão em relação à Petrobras que tem cerca de um terço de seu capital na bolsa de Nova York, por exemplo, está muito clara.

De outro lado estão os consumidores que na proporção de sua renda ou do tamanho de suas empresas consomem a eletricidade e o petróleo e seus derivados, querendo preços cada vez mais baixos.

O governo, ultimamente, tem cedido parcialmente a essa pressão, sacrificando o excedente da Petrobras em benefício de quem se beneficiou, recentemente, na área do consumo através da tentativa do governo, a partir da crise 2008, de promover a manutenção de uma estratégia de crescimento econômico associada ao automóvel, com enormes incentivos dados à indústria automobilística, subsídios, remoção de impostos *etc.* Se de um lado vinha gerando este crescimento do setor industrial, de outro colocava claramente a demanda pela gasolina ou pelo álcool e, como se esperava, a depressão dos preços da gasolina. As ações um tanto quanto improvisadas do governo não tem inspirado confiança nos investidores na indústria sucroalcooleira.

Esta se afastou do ritmo de investimento e produção deixando o ônus inteiramente à Petrobras que antes tinha que buscar, para dar lugar ao etanol no Brasil, mercado externo para colocar a gasolina. Mas seu padrão técnico só permitia que o fizesse na América Central e África, porque muito pouco da gasolina produzida no Brasil atendia ao padrão técnico exigido pelo mercado americano. Agora se reverteu essa expectativa toda e a Petrobras então é obrigada a importar diesel, gasolina, GLP, nafta a preços abaixo do que vende no mercado e também desvaloriza a produção interna.

Esse enfrentamento, de um lado empresa, de outro consumidores que têm acesso a automóvel particular, é uma espécie de enfrentamento intercapitalista. Há um terceiro segmento que nos interessa na discussão aqui: é exatamente na medida em que o governo atende exclusivamente dois interesses até aqui colocados, o terceiro permanece inteiramente desguarnecido, a população brasileira: proprietária dos potenciais hidráulicos e das jazidas de petróleo e que tem ainda um sistema industrial de mobilização desses recursos, incluindo os eólicos (que estão entrando na mesma categoria agora, embora tenham uma situação mais particular interessante de ser examinada em si daqui há pouco). Estamos falando do sistema Petrobras e o sistema Eletrobrás, construção das últimas cinco ou seis décadas, ainda como resultado da neokeynesianismo brasileiro (que também gerou o sistema estatal de telecomunicações, que por sua vez já foi dizimado).

Resta como herança o sistema Petrobras e o sistema Eletrobrás que vinham sendo vítimas, entre aspas, do neoliberalismo, desde Collor até Fernando Henrique Cardoso, na medida em que se buscava privatizá-los simplesmente - sempre estando de uma certa forma vinculados os setores, o elétrico, o siderúrgico, o petrolífero e também o banco BNDE que foi

criado (hoje BNDES), que foi resultante do esforço, após a Segunda Guerra, promovendo a infraestrutura para o país viabilizar o capitalismo brasileiro. No governo Lula, herdados que foram, estão a serviço destes dois interesses apenas [empresas e consumidores].

Nos governos Lula e Dilma notamos claramente a forma como as empresas empreiteiras, os contratistas, os consumidores dos produtos desse sistema e a própria pujança da capacitação técnica desenvolvida no sistema Petrobras (que é talvez a principal contribuição da Petrobras, a capacidade de construir modelo geológico, modelo geofísico, de articular e de, por exemplo, encontrar o pré-sal, que é resultado dessa capacidade), dessa visão estratégica.

Estão essencialmente [governos Lula e Dilma] em uma mediação dos dois interesses mencionados. Uma hora o pêndulo cai mais para um lado outra hora para o outro, mas substancialmente o governo tem instrumentalizado os recursos, ou seja, as jazidas petrolíferas, gasíferas, os potenciais hidráulicos e eólicos e a capacitação empresarial para gerar excedente econômico, que é disputado pelos acionistas ou pelos consumidores. Deixando de atender o terceiro grande interesse que seria uma sociedade carente, como a brasileira, de investimentos em educação pública, saúde pública reforma agrária, reforma urbana, infraestrutura, produtiva em geral, proteção ambiental, ciência e tecnologia. Carente de um plano nacional de desenvolvimento social e econômico, que previsse a possibilidade de mudar drasticamente a infraestrutura material de existência dessa sociedade urbana industrial brasileira, que inclui o próprio setor agrícola, por isso se fala em reforma agrária. Financiamento para isso?... Obviamente que o excedente econômico desses dois segmentos sozinhos, ao lado do mineral, que também gerou enorme excedente.

Aliás, há um mito aqui: dizia-se que a Vale do Rio Doce depois de privatizada, seria um exemplo extraordinário de sucesso pelo excedente econômico que geraria. Na verdade tanto o petróleo (Petrobras) quanto a Vale foram beneficiárias de um mesmo processo que começou nos inícios dos anos 2000, decorrente da ação chinesa que começou sua revolução industrial no final dos anos 1970 por decisão do Partido Comunista.

A partir dessa época a China, através de um processo acelerado, passou cada vez mais a buscar matérias primas, recursos agro-minerais, naturais em geral, para alimentar seu processo de produção industrial, de urbanização e de industrialização. Fazendo algo que, em geral se achava inviável, que são intercâmbios de produtos primários e seus termos de troca: historicamente se dizia que os produtos primários teriam preços

cada vez mais baixos, isto se inverteu. Houve esta aparente contradição que gerou preços que se sustentam até hoje. Embora tenha papel de articulação da OPEP, no caso do Petróleo, a demanda do sistema capitalista chinês consegue pagar preços elevados mediante a estrutura de produção interna, que baseia-se na super exploração da mão de obra local, mas também no avanço tecnológico e ainda, produz excedente econômico.

Mesmo assim a Vale do Rio Doce e a Petrobras tiveram uma trajetória de valorização extraordinária. No fundo a razão principal não é a capacidade de gestão privada ou estatal no caso da Petrobras, é simplesmente uma decorrência dessa nova conjuntura no cenário internacional. A China está agindo no sentido de buscar recursos naturais, buscando terras, minério, petróleo, produção agrícola na África, principalmente na América Latina e na Ásia e já começa a sinalizar com a possibilidade de uma reversão de conjuntura dos preços de derivados, tanto quanto o petróleo, quanto para os outros produtos. Esta é uma questão que está ainda em equilíbrio instável, num patamar elevado, mas poderá ser revertida, o que mudaria especialmente para produtos minerais.

Quanto ao petróleo, apesar do esforço geopolítico liderado pelos EUA, OECD e pela China, é difícil visualizar o que vai acontecer no futuro, mas mesmo assim esse é o quadro em que nós deveríamos considerar o pré-sal: de um lado a Petrobras que tem a capacidade de organizar a produção, mas ela depende inteiramente das empresas chamadas *oil service companies*, a maior parte delas internacionais, tais como a *Schlumberger* que é franco americana e outras tantas que produzem, na prática, todos os serviços e equipamentos que são utilizados em toda a cadeia produtiva.

A Petrobras se assemelha muito, nesse sentido, a uma montadora de automóveis, que dá a marca e dá articulação, define os padrões e dá a segurança. Por exemplo, a Petrobras não tem nenhum soldador. Tudo é feito por empresas terceirizadas. De certa forma, como toda a indústria automobilística, toda a indústria petrolífera mundial o faz também. Essa divisão do trabalho parece permitir uma maior eficiência e mobilidade dos recursos, porque essas empresas servem a todos. Feita essa observação, quando se fala que a Petrobras domina a tecnologia das águas profundas, quem faz de fato são terceiros. Ela controla a operação. Muitas vezes, através da articulação do seu centro de pesquisas com outras empresas, isso lhe permite fazer inovações na sua própria cadeia e em conjunto com essas empresas todas.

Mas voltando. Com este quadro internacional com o qual nos deparamos hoje, obviamente, o que seria de se fazer no Brasil? A proposta política que constava dos livros e manuais emitidos pelas campanhas de 2001 e 2002 da Frente Brasil Popular proclamava que a renda petrolífera, que naquele tempo era exígua (devido à situação de preço), e a renda hidráulica (que naquele tempo parecia ser mais avantajada) seriam socializadas para resgatar da enorme assimetria a população brasileira em termos de seus direitos sociais, educação pública, saúde pública, infraestrutura urbana, reforma agrária e proteção ambiental.

O que pode ser pensado para o país em torno desses recursos? Há necessidade de articulação e organização política para enfrentar a enorme força política, que está hoje incrustada no aparelho de estado, que defende primordialmente o interesse dos acionistas de um lado, e os consumidores e usuários do outro e a própria instrumentalização do corpo das empresas estatais, como tem se visto na imprensa recentemente, pelos processos inclusive de enorme corrupção que passavam a ser possíveis depois que o preço do petróleo explodiu. Os planos de investimento da Petrobras aumentaram vertiginosamente e os olhos de todos os segmentos econômicos e políticos vinculados ao governo passaram a ver aí um espaço de apropriação desse excedente econômico. Esse é o quadro que encontramos hoje. Mas se houvesse articulação (força popular evidentemente), o caminho seria talvez o seguinte: reestatizar a Petrobras, o sistema Eletrobrás e transformá-los em instrumentos concretos de operação nessas áreas tecnicamente sofisticadas. Fazer um plano de desenvolvimento econômico e social e fazer uma orçamentação desse plano.

Quantos bilhões poderemos imaginar com isso no caso do petróleo simplesmente: hoje aparentemente já estão asseguradas estimativas que o próprio departamento de energia americano divulga em relação ao Brasil somando os números que já foram anunciados como recurso descoberto, mas não contabilizados como reserva, pois aí se exige um ritual particular. Estamos em torno de 100 bilhões de barris no Brasil. É possível, embora isso dependa de uma ação concreta, que cheguemos a cerca de 300 bilhões de barris de reservas, que seria a maior reserva, maior que da própria Arábia, Venezuela e Rússia.

A primeira coisa que deveria ser feita é um plano exploratório: fazer cerca de 100 poços exploratórios e mais alguns testes de longa duração desde Santa Catarina até Espírito Santo (de onde se estende o mapa do pré-sal atualmente) e daí saber qual a dimensão da reserva. Isto custaria cerca de 60 milhões de dólares por poço, como são 100 poços, ou seja, um total de 6 bilhões de dólares, o que não é muito para saber quanto petróleo de fato se tem aqui. Sabendo o quanto se tem, seria possível fazer um plano de produção cujo excedente econômico seria direcionado exatamente para o resgate dessas prioridades sociais.

Hoje, só para pegar o caso do campo de Libra que o governo leiloou recentemente, entregando 60% para a Total [francesa], *Shell* [anglo-holandesa] e as duas irmãs chinesas estatais [CNOOC e CNPC], ele permite gerar em valor-presente, segundo estudos que fizemos aqui no IEE, entre 216 e 270 bilhões de dólares, se o preço se mantiver em 100 dólares por barril, isto se o investimento for tão grande quanto se disse, que seria da ordem de 100 bilhões de dólares para colocar cerca de 10 plataformas.

A produtividade recentemente revelada em alguns poços, diferente dos 12 mil barris em média como a ANP³ anunciou, mostra valores de 30.000 a 35.000 barris por dia por poço, no caso do campo de Sapinhoá, como recentemente foi anunciado por alguns técnicos da Petrobras. Com estes números o excedente seria ainda maior. Agora ironicamente é que o modelo que o governo diz atualmente ser contrário ao das concessões (que a seu ver seria sinônimo de privatização) ironicamente, em condições análogas, no regime de contrato de partilha, todo custo de investimento vem do óleo logo no começo da produção, portanto é dinheiro que não vai para o governo, mas sim para repagar os investidores.

Na concessão o concessionário é obrigado, ele mesmo, a se financiar ao longo da vida. Ironicamente, em condições análogas, a concessão *fernandiana* daria excedente econômico público maior do que o regime de partilha e ainda, sem a Petrobras operando sozinha. Operando sozinha daria mais do que tendo sócios por que a única condição do sócio, tanto no caso da partilha como na concessão, é que o operador toma todas as decisões e arca com todo o ônus da gestão do processo, os outros só entram com o capital financeiro.

Mouro - Lênin em frase célebre enunciou uma equação: *Socialismo = Eletricidade + Soviets* nos governos latino-americanos contemporâneos com a presença de grupos de esquerda, que lhe parece esta equação? A parcela “soviets” aparece? E socialismo? A renda petrolífera que se associa às expectativas do pré-sal com a suposição de manutenção da alta de preços por barril e as “jazidas de Megawatts” nas hidrelétricas podem em algum momento materializar esta equação? Qual a equação de hoje no capitalismo? **Ildo Sauer** - Veja, eu diria que de uma certa forma, e como acompanhei de perto, pois fui diretor de gás e energia da Petrobrás no primeiro governo Lula e por ocasião da emergência do governo Morales na Bolívia... seu primo (...*risos*..), houve uma mobilização popular enorme na Bolívia em torno da questão do gás e da renda gasífera.

3. (N.E.) ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Não souberam o que fazer com essa renda (ficaram acumulando dólares me parece, isto é uma outra discussão), mas o povo boliviano deu um exemplo de como é possível mobilizar e transformar essa questão em um ponto central no debate político e obter mudanças contra o interesse, naquele tempo, das grandes petroleiras (a maior não era a Petrobras, embora fosse a operadora). Ela detinha um pouco mais de 25%, o resto era da *Total* e *Repsol* principalmente e de outros grupos como BP que estavam lá.

No fundo a Petrobras era valorizadora do gás já que ela construiu um mercado para o gás boliviano aqui no Brasil, sem o qual nada se concretizaria, pois sem mercado não haveria como realizar o excedente econômico. O povo boliviano, digamos assim, colocou no centro do debate político a questão do petróleo e do gás.

Quanto à ideia do Dr. Ilitch eu acho que ele não expressou isto, mas implícito está o reconhecimento de que a apropriação social da energia, seja sob forma do petróleo, seus derivados, máquinas, motores e produtos e sua circulação, seja a eletricidade, permite incrementar extraordinariamente a produtividade do trabalho socialmente incorporado nos processos. E com isso se acelera a produção de condições materiais concretas de melhoria da existência. Tendo capacidade produtiva, se aliada a uma estrutura política que controle em favor da sociedade esse excedente econômico... fica evidente que eu não poderia discordar dessa expressão de Lênin.

O quanto disso é possível aqui na América Latina depende exatamente de confrontar...*(pausa)*... note, ...não é coincidência, não é uma mera contingência, que haja todo um aparato político, de comunicação em torno da questão do petróleo e da eletricidade no país. Exatamente aí está a condição concreta, que de um jeito ou de outro, seja por contratos superfaturados, seja por produtos subavaliados e comprados, seja por se tornar sócio da produção que a Petrobras organiza (por ser operadora), por todas essas facetas, permite com que grupos econômicos se assenhem de uma fração da renda petrolífera, que assim deixa de ir para sua finalidade, legítima politicamente, que é a de dar condições concretas à população, que é a proprietária do recurso e que criou a Petrobras, que por sua vez consegue transformar o recurso em valor, pela sua capacidade e força de trabalho.

Mas no setor elétrico há coisa pior acontecendo pelo menos em termos qualitativos (na Petrobras a coisa é mais concentrada). Note bem: agora estão começando a vencer as concessões para usinas construídas há muito tempo, há cerca de décadas também no mesmo modelo de participação popular

de cinco, seis décadas atrás quando o Sistema Eletrobrás foi proposto e aprovado, em que estavam, já aqui materializados no Brasil, os interesses das concessionárias estrangeiras que queriam o espaço para si, para o acesso aos potenciais hidráulicos (na própria Itaipu, que a própria Light disputou). Interesses que já estavam presentes nas décadas de 1940 e 1950, pois já se anunciavam projetos para isso.

Sobre os potenciais hidráulicos: após terem estado a serviço do sistema de produção (que historicamente mais consome, sendo os preços antes da reforma liberal dos anos 1990, pelo regime de custo do serviço um subsídio ao sistema capitalista de produção vigente aqui no país), agora, finalmente teríamos, para essas usinas, o término de suas concessões e cerca de 22000 MW reverteriam ao poder público.

Note a dimensão da renda que isso daria: se a média o custo de operação é de R\$ 10 o MWh, vendidos a R\$ 100 cada MWh, operando com fator de capacidade média de 50%, daria cerca de R\$ 10 bilhões de reais por ano de excedente econômico. É bem inferior ao petróleo. Se descontarmos o custo de produção e operação (R\$10 por MWh) seriam ainda assim R\$ 9 bilhões por ano, isso vendendo a energia algo entre o custo médio de produção e o custo marginal, ainda concedendo a setores específicos a serem incentivados na indústria, mas direcionados para inovação, para incentivo específicos à produção (não generalizados), a R\$ 70 o MWh, ainda assim teríamos cerca de R\$ 6 bilhões. Apenas para esta fração de usinas cuja concessão venceu recentemente.

Esses valores poderiam se juntar para formar um fundo público, para educação, saúde. Essas usinas hidráulicas são poços de petróleo que não secam nunca: o petróleo tem sua exaustão prevista à medida que os reservatórios se exaurem. No caso o sistema solar-hidrológico, o ecossistema tem relativa estabilidade, evidentemente dependendo um pouco da forma como as bacias hidrográficas são tratadas ecologicamente, mas se sustentam ao longo dos séculos.

E o que foi feito no governo recente, isso é muito notório: o setor industrial, a FIESP em campanha televisiva reivindicou para si o benefício dizendo “nós pagamos ao longo de décadas a tarifa”, revertendo o discurso.

Na verdade tiveram o benefício ao longo de cinco ou seis décadas ao ter acesso a uma energia bem mais baixa que a da concorrência industrial internacional, que tem acesso a fontes mais caras, derivadas de petróleo, carvão, nuclear, o que seja, e o governo assentiu. Anunciou em campanha ufanista que iria reduzir as tarifas. Então de uma certa forma entregou a

renda hidráulica que, como dizia a então Ministra de Minas de Energia da Frente da Brasil Popular, deveria ser socializada. Socializou esta fração a uma confraria comandada pela FIESP, anunciando que iria reduzir 20% da tarifa dos consumidores. Note que isso é regressivo socialmente, pois o consumo de energia se dá na proporção direta da renda, até atingir o nível de saturação.

Nesse contexto, num primeiro instante, o consumidor que paga R\$5.000,00 (é um caso concreto e real, por exemplo, uma mansão residencial em cidade do nordeste), teve um desconto, ainda que efêmero, de R\$1.000,00 por mês. Seu empregado que ganha salário mínimo, portanto cerca de R\$800,00 por mês, e que pagava uma conta de R\$70,00, teve R\$14,00 de desconto.

Há um aporte muito claro para onde vai o desconto! Na indústria nem se fala. Então a FIESP conseguiu impor na liderança de uma reivindicação política, inclusive utilizando na campanha de propaganda fundos do sistema AES Eletropaulo, que são pagos pelos trabalhadores indiretamente... [Campanha] para usurpar os potenciais hidráulicos que poderiam financiar escolas, hospitais públicos por algum período. Isto é irônico. Só essas usinas dariam algo entre R\$6 bilhões e R\$9 bilhões por ano de excedente econômico, conforme se queira partilhar o benefício dessa energia.

É verdade que esse desconto foi efêmero, porque a estrutura de organização do setor elétrico brasileiro está completamente precarizada, fragilizada, e a maneira de formar preço, contratar, organizar, a forma de gerir novas obras, tudo isso está muito fragilizado.

O sistema está fragilizado, pois por falta da expansão de usinas adequadas (mais usinas hidráulicas e eólicas), o governo cai em erro de concepção ao superestimar a reserva das usinas existentes e sua hidrologia.

Estimou-se que as usinas térmicas seriam despachadas somente por períodos curtos, então se contratou uma expansão de quase 20.000 MW de usinas térmicas, que agora são operadas continuamente, com custos variando entre R\$ 180,00 e R\$1100,00 o MWh só em combustível, dependendo se é óleo combustível, gás natural, se é gás liquefeito importado ou óleo diesel.

Cria-se um processo de precificação absurdo convertendo, no curto prazo, custo marginal de operação (que é uma figura de mérito para orientar a operadora se ela deve usar água ou poupá-la e queimar combustível para mediar no longo prazo, o equilíbrio entre oferta e demanda e hidrologia) em preço, criando um sistema especulativo extraordinário.

Ironicamente nos anos 2002, 2003, 2004 e 2005, quando havia um excedente de capacidade por causa do racionamento, o governo promoveu a descontração da energia das estatais e deixou um colchão de energia descontratada à disposição de um mercado que eles chamam de livre, mas que na verdade é privilegiado.

Então, naquele tempo, um consumidor potencialmente livre olhava para o cenário e via a seguinte situação: energia descontratada disponível, onde o PLD⁴ era o custo real que se presumia e ficaria oscilando em torno do piso que foi decretado primeiro por qualquer número R\$ 2,00 R\$ 4,00 o MWh (depois se criou o piso R\$ 18,00 o MWh), quando qualquer energia já custava naquela época cerca de R\$ 100,00 o MWh, só para amortizar o capital e pagar o trabalho envolvido na produção. O governo fez com que a fração dos consumidores que eram livres,⁵ pulasse para um quarto. Hoje, 1/3 de toda energia do país está no mercado livre.

Assim retirou R\$5 bilhões de excedente econômico transferido (só em 2005) das geradoras estatais para esses consumidores livres. Por que as comercializadoras compravam essa energia a R\$ 18,00 e deixavam de pagar o custo mínimo regulado que a ANEEL estima até hoje em torno de R\$ 100,00 R\$ 109,00 o MWh, que é preço de transmissão mais geração em nível de transmissão A2 (que é o mais alto de tensão elétrica, mas que menos preço de transmissão paga). Houve no período esse processo de transferência da renda das usinas hidráulicas controladas pelo sistema Eletrobrás principalmente, mais a CESP, CEMIG e COPEL, para os grandes consumidores. Mais ou menos metade do PIB industrial mamou nessa bolsa energia no começo do governo Lula e Rouseff.

Em 2013 e 2014 o quadro se reverteu porque os contratos iniciais feitos da chamada “energia velha” em 2003 foram feitos por duração de 10 anos, em uma conjuntura de aperto entre oferta e demanda. Por erro de contratação, ao não ter contratado usinas com qualidade apropriada, isto é, usinas

4. (N.E.) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. Preço divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, calculado por simulações antecipadas no sistema hidráulico, com periodicidade máxima semanal, tendo como base o custo marginal de operação. Há limite de preços mínimo e máximo, vigentes para cada período de avaliação e para cada submercado de energia elétrica. Este procedimento precifica a energia elétrica comercializada no chamado mercado de curto prazo.

5. (N.E.) Consumidor livre: Hoje o mercado se divide entre consumidores livres, com direito a escolher seu fornecedor, pois podem adquirir energia em ambiente de livre contratação (normalmente consumidores de altos volumes de energia) e consumidores cativos, vinculados à concessionária que atende sua localidade.

hidráulicas e eólicas que tivessem custo médio para operar continuamente, deixando as térmicas apenas como reserva, somado ao processo altamente questionável do ponto de vista conceitual de converter o custo marginal de operação em PLD, tendo um piso de R\$ 18,00 e um teto de R\$ 822,00 que é arbitrário. Assim o governo deixou as distribuidoras, que têm que buscar a energia para o mercado cativo, ficarem descontratadas e terem que pagar um preço do PLD, que ficou por um período longo em torno de R\$ 822,00 o MWh fixado, com que critério não se sabe.

As distribuidoras não conseguem equilibrar o fluxo financeiro e promovem empréstimos. Para cobrir este rombo, o governo faz o que? Está usando o que... (*pausa*)... primeiro queimou na renovação das concessões o recurso de mais de R\$18 bilhões que havia no fundo na Reserva Global de Reversão;⁶ queimou todo o fundo que havia da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), comprometeu o crédito do Tesouro Nacional que assumiu os empréstimos que antes a Eletrobrás tinha dado ao Sistema Itaipu, cerca de R\$23 bilhões, crédito remanescente.

Tudo isto está sendo queimado, mais subsídios que o governo vem dando e ainda vem recorrer a empréstimo para cobrir este rombo em que meteu as distribuidoras para, neste caso pagarem o preço espoliativo. Ironicamente a própria COPEL geração, CEMIG geração e CESP geração estão enchendo as burras de dinheiro quando a CEMIG distribuição e COPEL distribuição estão, na proporção inversa, se desequilibrando financeiramente.

Então este é o jogo da renda hidráulica que o governo vem jogando: de um lado atendendo à pressão do sistema industrial comandado pela FIESP. Uma chantagem pública - uma espécie de acumulação primitiva renovada para se assenhorear, mais importante do que se assenhorear das usinas é se assenhorear do produto das usinas. O governo deixou o ônus com as estatais que têm que operá-las e mantê-las com um preço de R\$7,00 ou R\$ 8,00 o MWh que sequer permite a operação adequada, muito menos a manutenção de longo prazo nesse novo regime. Deixou todo o ônus para fazer o sistema industrial operar como o está e o benefício se direcionou para esses grupos.

6. (N.E.) Reserva Global de Reversão – RGR é um fundo de recursos do setor elétrico, gerenciado pela Eletrobrás, que tem como objeto financiar investimentos em expansão e melhoria dos serviços em energia elétrica. Desde 2002 esta reserva estendeu-se, por lei, como subvenção econômica para contribuir para a modicidade tarifária dos consumidores de baixa renda. A decisão sobre utilização deste recurso compete ao Conselho Nacional de Política Energética.

Em um contexto de desorganização total do equilíbrio entre oferta e demanda e com tipologia de usinas utilizadas para garantir a expansão da oferta (...). Vemos que todo esse fluxo financeiro astronômico que está sendo legitimado, não passa de um esbulho comandado pelo governo em benefício de certos interesses mais concretos que são produtores independentes de energia, são comercializadores, são grandes usuários e o paradoxo maior é este: quando a energia chegou a R\$822,00/R\$823,00 grande parte dos consumidores energia-intensivos, produtores de alumínio, ferros-liga, cloro-soda e outros que tinham acesso à energia, ou porque eram sócios de usinas como Itá [localizada no rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e rio Grande do Sul], ou porque tinham contratos de fornecimento, passaram a vender energia para as distribuidoras, ou construir suas usinas ou contratar energia a um preço inferior a R\$ 100,00 o MWh, ou menos em alguns casos, e passar a vendê-la a R\$ 822,00. O número mais simples é o da indústria de alumínio que vende uma tonelada a U\$ 2.500,00, consumindo aproximadamente 15 MWh por tonelada, que se vender no mercado especulativo a energia a R\$ 15 por MWh ganharia U\$ 5.400,00, mais que o dobro que valeria o alumínio.

Assim, de uma certa forma, por ironia da história, trata-se do seguinte: o governo está conseguindo promover um auto racionamento incentivado. Grande parte destes grupos energia-intensivos estão saindo da demanda fazendo com que a demanda por eletricidade tenha caído, então reduzindo assim o risco de racionamento nesse período eleitoral. Um racionamento auto incentivado pago pela população a quem se transfere o ônus de comprar essa energia por critério de precificação tal como falei, em que, faz com que todo mundo que produza energia tenha enorme excedente quando seu custo de produção não se altera.

Essa bolsa às avessas se caracteriza como uma espécie de um cativeiro energético onde os benefícios econômicos, associados aos recursos naturais, à capacitação tecnológica, construída ao longo de décadas no sistema Petrobras e Sistema Eletrobrás, hoje sirva de plataforma de algo que, no caso das concessões, serve como uma espécie de acumulação primitiva reciclada e na outra ponta a população. Acho que está na hora da população brasileira começar a ter um espaço de reflexão sobre essa questão tanto do petróleo, quanto da eletricidade.

Temos que dizer algumas palavras ainda sobre a energia eólica: ela teve progresso tecnológico extraordinário nas últimas décadas a ponto de se tornar, hoje, tão competitiva quanto é a hidráulica que é a fonte de melhor custo (capital e trabalho) para ser produzida atualmente. Só que o vento,

se a constituição no artigo 20 diz que os potenciais hidráulicos, jazidas do subsolo, de petróleo e outras são da nação, o governo sequer consultou esse espírito da constituição. Criou um sistema pelo qual quem chega primeiro é dono, uma espécie de faroeste eólico no Brasil. Aquele que chega primeiro aos sítios onde o vento está mais constante consegue uma carta de concessão da ANEEL e da EPE⁷ para ser dono daquele vento, embora o vento seja um recurso natural tão relevante quanto os potenciais hidráulicos.

Hoje há, inclusive, um novo processo em curso que precisa ser estudado: a renda fundiária adquire uma nova dimensão por causa do vento. Há grupos estrangeiros que correram o nordeste e o sul onde estão os sítios mais favoráveis e negociaram a contratação de aluguel de longo prazo de 20, 30 e 40 anos, renováveis, chegando a 60, 80 anos do uso do solo para instalar usinas eólicas. Pagam alugueis relativamente baixos e o governo vem dizendo que então o vento está privatizado pelos que alugam a terra sobre a qual o vento corre. Não há o espírito público, instaurado no Brasil desde o código de águas, do começo do século passado, e transformado em lei por Getúlio Vargas, na década de 1930, esse espírito que ainda está na constituição, mesmo a neoliberal, esta sendo completamente conspurcado pela lógica que o governo vem operando os sistemas eólicos, onde o dono da terra tem direito a instalar as usinas e mais ainda, criando conflitos, porque como cada torre eólica tem que guardar certa distância das demais de maneira que não faça sombreamento, ou para o lado, a montante ou a jusante, então quem chega primeiro instala suas torres e os demais interessados ficam privados de compartilhar o recurso [vento].

Na verdade, a energia eólica, pelo mesmo conceito que é aplicado às ondas eletromagnéticas, que pertencem à nação e são concedidas para a rádio difusão e para telefonia, os potenciais hidráulicos e petrolíferos, os potenciais eólicos devem ser públicos. No caso da energia eólica, o governo do Partido, dito dos Trabalhadores, promoveu a maior caça ao ouro, típica do faroeste. Disputas judiciais se estabelecem hoje para quem chegar primeiro se apropriar do benefício. Por que note: quando você tem um sítio eólico onde a energia eólica pode ser produzida a R\$ 100,00 o MWh, ou menos que isso em alguns casos, em função da constância e permanência em níveis de velocidade média do vento naquela região, que é um fenômeno natural, ele tem um benefício, uma renda diferencial, uma renda à semelhança do que acontece com os outros recursos. Isto já foi outorgado, em um processo

7. (N.E.) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica; EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

que provavelmente está sendo realizado ao arrepio da lei por que não acho que, legalmente, constitucionalmente, a ANEEL possa fazer as outorgas arbitrárias de potenciais eólicos, de geração de riqueza, portanto, de valor, de renda, como vem sendo feitas no país. Mas isto é a cereja do bolo, de como o governo, inaugurado pela Frente Brasil Popular, vem fazendo o discurso que, teoricamente, contraria os princípios e cânones neoliberais desde Collor até Fernando Henrique, e apesar de fazer o discurso contrário, na prática, faz mais do mesmo e mais aprofundadamente em todos os campos onde há um excedente econômico que possa apetercer o interesse econômico das empresas, dos proprietários e dos demais interessados.

O governo cede e faz. De maneira que usa um discurso diferente, mas na prática o governo do PT tem sido o mais entreguista da história em termos de, por que não interessa em si só a propriedade da usina ou do poço - interessa o excedente econômico, mais valia, super-lucro, lucro suplementar que é algo que está a em disputa e é isso que poderia gerar um processo de acumulação social para resgatar as condições materiais concretas. Na verdade esta é a tragédia política, pois todas as forças políticas, ou melhor, muitos movimentos sociais hoje estão obnubilados, como que anestesiados, pelo discurso e não vem que a prática, por mais de uma década o vem contrariando. Talvez a área onde, de maneira mais contundente, isso se manifeste sejam nesses setores onde lucros suplementares e rendas estão presentes, que é o setor do petróleo, hidráulico e agora recentemente o setor eólico. Esta é a fotografia da tragédia política que nos encontramos, da incapacidade de mobilizar forças capazes de fazer o contrário. De fazer com que, energia elétrica, petróleo e organização social conduzam ao socialismo e a mudança como há mais de um século se anunciava.

Mouro - Sobre a acumulação primitiva...

Ildo Sauer - Há um caráter duplo: de um lado as empreiteiras que vão na frente avançada e se apropriam previamente do excedente econômico, na medida em que as obras são construídas a preços normalmente aviltados, acima do que seria razoável e depois, de outro lado, vão as empresas que vão usar essa energia. A forma como essa cooperação se dá, é o Estado brasileiro subalternizado ao interesse do capital que tem essa expressão das empreiteiras e das outras empresas que operam neste e em outros países. Está muito claro isso, me parece. E por isso essa desconfiança que já existe sobre a ação do governo brasileiro, do BNDES e de empresas brasileiras em relação a outros países. Isso vale para África, Moçambique, Angola e vale para os países da América Central e do Sul, onde o país esta se tornando presente por esses mecanismos de financiamento e de

atuação das empresas, que então gerariam emprego aqui dentro, para exportar etc. etc..⁸ E exportam também, essa é outra tragédia, o modelo de subordinação dos partidos políticos - às formas de fazer e financiar campanhas eleitorais vinculadas a essas forças econômicas, que é a grande, digamos assim, situação concreta do país hoje: todo o aparelho de Estado e estrutura política praticamente subordinados a isso. Exceto alguns partidos políticos de esquerda obviamente, que estão fora disso, mas que não têm tido oportunidade de ocupar espaço exatamente porque a outra estrutura se apropriou dos mecanismos de diálogo com as forças sociais, com sindicatos e movimentos para fazer um discurso distinto da prática.

Parece que temos aí uma espécie de *second life*. Alguns anos atrás se criou a imagem de que cada pessoa poderia ter duas vidas, uma vida biológica, social e a outra do computador, que cria uma personagem. No Brasil, e para quem conviveu dentro do governo e do poder, está muito claro que a maior parte dos partidos e das pessoas opera dessa forma. Uma imagem pública, um discurso, e outra é a prática interna, onde permanentemente estão lobistas dos interesses econômicos, seja para obter contratos, obter financiamentos, para partilhar um pedaço do lucro suplementar que certos segmentos permitem e outros por superfaturamento de preços fazendo com que, de uma certa forma, aquilo que eles dizem ser democracia, na verdade não passa de uma cleptocracia. Porque na apropriação primitiva de muitos recursos, nos contratos superfaturados, a ideia é colocar despachantes de interesses em todos os cargos relevantes. O caso da Petrobras é muito notório: a partir do momento em que o petróleo passou a subir de preço nos anos 2005 (U\$ 35,00), no final do ano estava perto de U\$ 80,00, logo depois U\$ 100,00 (preços que se mantém até hoje), os planos de investimento da empresa passaram de dezenas de bilhões de dólares para cerca de 50 bilhões de dólares por ano.

Os contratos se tornaram muito apetecíveis para as empresas. Todo o espectro político partidário governamental de Brasília se voltou para a Petrobras para começar a incrustá-la, muitas vezes, através de quadros de carreira que não passam de despachantes de interesses. Tudo isto em nome de fatar e se apropriar de um pedaço da renda petroleira. É lá que se gera o excedente que está sendo disputado. Então a máquina de gestão da empresa, na alta cúpula, foi colonizada com predadores, assim como outros órgão de governo.

8. (N.E.) Ildo Sauer se refere à clausula BNDES que vincula o financiamento de obras de infraestrutura em outros países à participação de empresas de capital majoritariamente nacional e a utilização de equipamentos nacionais nas obras e projetos envolvidos.

Na origem de tudo isto está à disputa pelo excedente econômico que coloniza não só essas organizações, mas especialmente a estrutura político-partidária corrompível. A burguesia que está hoje no poder se serve de todos esses métodos para manter sua estrutura de poder. Nesse sentido está se subtraindo da população aquilo que lhe devia pertencer para produzir e reproduzir e melhorar suas condições materiais de existência. Do outro lado há uma dificuldade enorme de mobilizar forças e debater, ter consciência e organização. Então é uma tragédia saber que a campanha o *Petróleo é Nosso* tenha dado nisso, assim como o Sistema Eletrobrás, assim como a discussão de 2003 de que a renda hidráulica seria socializada... foi..., mas em um processo de subordinação à chantagens industriais que o governo atendeu.

O capitalismo busca, inclusive o discurso neoliberal fala isso, *value seeking strategy* – estratégia de captura de renda. São muito claros, embora não reconheçam a categoria renda, na medida em que a teoria econômica do equilíbrio geral diz que, na verdade, tudo são fatores de produção e há capacidade do empresário de docilizar o governo como fez o Sr. Batista, como fazem hoje estes senhores do *BTG Pactual* e outros. Seria parte do empreendedorismo, portanto, e ele é retribuído pelo excedente econômico dos lucros que captura. Mas o próprio discurso da *Enron* dizia que a sua estratégia é a de captura de renda. Eles não querem capitalismo concorrencial. A acumulação se dá com muito maior expressão e potencialização quando há um lucro suplementar envolvido (não só lucros médios), onde a dura vida do capitalismo impõe uma disputa dura ao capitalista e obviamente aos trabalhadores, que nesse esquema, são explorados.

Local: Instituto de Energia e Ambiente - Universidade de São Paulo

Data: 21/07/2014

Duração: aproximadamente 119 minutos